

# CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

## ACTA N.º 05/2013

DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DO DIA VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E TREZE

(Contém 32 folhas)

### MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Sofia Machado do Couto Gonçalves**-----  
VEREADOR **Hugo Louro da Rosa**-----  
VEREADOR **António da Silva Gomes**-----  
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----  
VEREADOR **Anselmo José da Rocha Barcelos**-----  
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----  
VEREADOR **Artur Manuel Leal Lima**-----

### MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----

No dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e treze realizou-se, na Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras, a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

Pelas vinte horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu início à reunião.-----

### **Período da Pré Ordem do Dia**

Após ter saudado os presentes, a Presidente começou por referir a forma como decorrem as reuniões públicas. De seguida, colocou a discussão as atas nº 29, 31 e 32 de 2012, que foram aprovadas com alterações.-----

A Presidente informou que a visita aos achados arqueológicos do Monte Brasil foi marcada para 11 de março após a realização da reunião de Câmara e recordou que existe uma proposta do Partido Social Democrata (PSD) para a realização de visitas às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). O Vereador António Ventura referiu que ia ver qual a disponibilidade de datas para então serem marcadas as visitas. No que se refere à questão do alinhamento do muro da Canada dos Cinco Reis, em São Carlos, a Presidente disse que o muro foi construído no mesmo local do anterior, embora tenha agora mais altura. Referiu, também, que o abrigo de passageiros de Santo Amaro foi parcialmente destruído devido a um acidente de viação e que a Junta de Freguesia da Ribeirinha está a tratar do assunto, prevendo-se que seja reparado na próxima semana. Relativamente à colocação de um parquímetro na Rua Professor Augusto Monjardino, a Presidente informou que a empresa já foi contactada para colocar o equipamento e a respetiva sinalização. O Vereador Artur Lima recordou que o assunto já foi abordado por diversas vezes em reunião de Câmara e que o contrato com a empresa prevê a instalação do parquímetro na referida rua. A Presidente prosseguiu o período de informações dando conta que em relação a uma construção para fins agrícolas, localizada junto do Colégio de Santa Clara, já foi feita uma participação que agora vai ter seguimento, conforme o previsto em termos legais. A Presidente disse, ainda, que se realizou uma reunião do Conselho de Ilha, a 13 de fevereiro, no dia

seguinte a apresentação de cumprimentos de um Bailinho dos Estados Unidos nos Paços do Concelho, no dia 21 de fevereiro, teve lugar uma visita informal à Pousada de São Sebastião, no dia seguinte a sessão de abertura da conferência organizada pela Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo “Açores – Preparar o Futuro”, realizada no auditório da Escola Tomás de Borba e, no mesmo dia, a apresentação de cumprimentos do Comandante de Corveta e Capitão do Porto de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória nos Paços do Concelho. Adiantou que a 27 de fevereiro serão divulgados os nomes que fazem parte do cartaz musical das Sanjoaninas 2013, que de 22 de fevereiro a 30 de abril está patente no foyer do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo uma exposição de pintura de Simone Caratozzolo, de 01 de março a 09 de junho decorre a exposição “Sete Pecados Sociais” no Museu de Angra do Heroísmo, prosseguindo com a programação de cinema para as próximas semanas. A Presidente fez ainda referência ao lançamento de um CD do Grupo Folclórico das Doze Ribeiras a 02 de março, no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo e, a 03 de março, de mais uma edição da iniciativa “Alimentação Saudável” no Mercado Duque de Bragança.-----

A Presidente propôs a inclusão de um assunto na agenda da reunião do órgão executivo que foi aprovada por unanimidade.-----

O Vereador António Ventura começou por saudar os presentes e depois abordou a questão da limitação do acesso aos locais de pesca do Monte Brasil, dando conta que a sua proibição surgiu na sequência do roubo de armas de uma unidade militar no continente. Na sequência desse facto, foi emitida uma ordem geral que impede a entrada de civis nos quartéis militares. De acordo com o Vereador António Ventura, a pesca no Monte Brasil nunca foi um negócio mas um meio de subsistência para as famílias e, tendo em conta a crise agravada, a proibição de acesso é penalizadora para quem pretende efetuar esse tipo de atividade. Adiantou que tem sido abordado por algumas pessoas que pescavam no Monte Brasil e tem havido contatos com o comando do Regimento de Guarnição nº 1. Nesse sentido, questionou se a Presidente tinha mais alguma informação sobre esse processo. A Presidente referiu que não existe nenhuma novidade sobre esse assunto. O Vereador António Ventura sugeriu que fossem efetuados novos contatos tendo em vista saber se a proibição vai ser levantada.-----

O Vereador António Ventura recordou que foi apresentada uma petição para a redução das taxas das esplanadas. A Presidente referiu que esse assunto será abordado no âmbito da revisão do regulamento municipal que irá conter alterações de fundo. Seguidamente, o Vereador António Ventura fez referência à colocação de uma lomba no Caminho do Meio de São Carlos junto à Canada dos Folhadais, quando o que estava previsto era a instalação de semáforos por parte dos serviços de Obras Públicas do Governo Regional. Referiu que já existem condições para a instalação dos semáforos no referido local, mas passado um ano após a realização de trabalhos tendo em vista esse fim tal não aconteceu. A Presidente disse que a informação que lhe foi transmitida é que os semáforos naquele local seriam um perigo para os moradores. O Vereador António Ventura referiu que estava a referir-se à situação da Canada dos Folhadais. A Presidente disse que desconhecia essa situação e que teria que perguntar o que se passa à entidade que tem a seu cargo esse processo. Quanto à questão da circulação no Caminho do Meio, o Vereador António Ventura recordou que a solução apontada passa pela criação de uma via alternativa, mas que apesar de essa ser uma opção colocada há algum tempo nunca avançou não estando prevista no Plano e Orçamento Regional para este ano.-----

O Vereador António Ventura disse, ainda, que foi contactado por um morador da Canada da Furna, na Feteira, que lhe deu conta do estado de degradação em que se encontra o piso da mesma. Adiantou que também os agricultores se queixam da situação. A Presidente disse que a referida canada não está sob a responsabilidade da Câmara Municipal. O Vereador António Ventura prosseguiu afirmando que uma das causas da deterioração da canada tem a ver com o escoamento da água da chuva que vem da estrada regional. Referiu que a situação está a provocar transtornos na circulação de máquinas e animais porque a referida via está quase intransitável. De seguida, deu conta que ia remeter à Presidente as fotografias que recebeu por correio eletrónico onde se pode observar o estado em que se encontra a canada.-----

Por outro lado, o Vereador António Ventura questionou se houve algum desenvolvimento em relação aos bares do Porto das Pipas. A Presidente recordou que foi tomada a decisão de não atribuir licenças de ruído e limitar o horário de funcionamento dos bares, acrescentando que esse assunto será abordado durante a discussão de um dos pontos da agenda da reunião de Câmara. Referiu que a Portos dos Açores, SA decidiu não

renovar o contrato de um dos bares e que os restantes três têm em curso processos de licenciamento que incluiu a insonorização mediante a apresentação de projetos acústicos e mudança da natureza da sua atividade. Explicou que com a mudança de bares para estabelecimentos com pista de dança a legislação aplicável é diferente, por isso vão poder ter um horário de funcionamento até as quatro horas. A Presidente disse, ainda, que nos últimos tempos a situação do Porto das Pipas tem estado mais calma.----

Prosseguindo a sua intervenção, o Vereador António Ventura inquiriu a Presidente sobre o ponto da situação do projeto de requalificação da baía de Angra, uma vez que a obra não está prevista no Plano Regional para 2013. Recordou que o início das obras foi anunciado para junho ou julho do ano passado mas tal não aconteceu. A Presidente afirmou que a informação que dispõe vai no sentido de que a obra vai avançar a curto prazo, acrescentando que foi isso que resultou dos contatos que tem mantido com a Portos dos Açores, SA. Colocada a questão se os trabalhos poderiam decorrer durante o período das Sanjoaninas, concluiu-se que seria possível conciliar ambas as situações. O Vereador Artur Lima questionou se o início da obra não esteve previsto para setembro do ano passado. A Presidente referiu que a indicação inicial apontava para o início do primeiro semestre do ano passado, mas que depois houve reclamações no âmbito do concurso público e o processo foi sofrendo atrasos.-----

Depois de saudar os presentes, o Vereador Artur Lima disse que a verba para a realização da obra estava contemplada no orçamento do ano anterior estando prevista a sua execução em 2012. Adiantou que foi colocada uma placa, em setembro de 2012, no local onde deveria ter decorrido a obra mas a mesma não teve início e que este ano vai acontecer o mesmo, concluindo que o Concelho de Angra do Heroísmo está a ser enganado pelo Governo Regional. O Vereador Artur Lima prosseguiu afirmando que teve a honra de assistir à apresentação do Cais de Cruzeiros em “power point” que foi efetuada com “pompa e circunstância” depois de a obra ter sido anunciada durante a campanha eleitoral para as últimas Autárquicas e, mais tarde, nas Legislativas Regionais de 2012, mas que tudo não passa de propaganda. Tendo em conta o que foi prometido pelo Governo Regional e Câmara Municipal, o Vereador Artur Lima questionou a Presidente sobre qual é a data prevista para o início da obra, uma vez que a mesma foi candidata a fundos comunitários e houve um debate público sobre a mesma. O Vereador António Ventura referiu que existe uma petição pública sobre os achados arqueológicos. O Vereador Artur Lima continuou a sua intervenção referindo que o

Diretor Regional da Cultura surge agora como “bode expiatório” e que devido aos achados arqueológicos não se vai fazer nada. Frisou que existe uma promessa reiterada do Governo Regional em relação ao Cais de Cruzeiros. A Presidente disse que na sequência da apresentação da petição sobre os achados arqueológicos foi chamada à comissão parlamentar da Assembleia Legislativa dos Açores encarregue da apreciação da mesma e que manifestou que entendia não haver uma situação de incompatibilidade entre as obras e os achados arqueológicos. Deu conta que nessa altura expressou a sua posição salientando que o mercado de turismo de cruzeiros interessa a Angra do Heroísmo e à Ilha Terceira mas que ainda se está numa fase em que o projeto do Cais de Cruzeiros pode ser reavaliado, de forma a não implicar a destruição dos achados arqueológicos. Nesse âmbito, a Presidente expressou a ideia de que não existe a obrigatoriedade da obra ser efetuada no local previsto, havendo várias hipóteses que podem vir a ser estudadas. Adiantou que o Governo Regional terá assumido perante a comissão parlamentar uma posição em que a salvaguarda do património arqueológico subaquático não será colocada em causa. Assegurou que durante a reunião que teve com o Presidente do Governo Regional percebeu que a postura do atual executivo será semelhante, havendo a possibilidade do projeto ser revisto de forma a acautelar essa situação de modo que o mercado de cruzeiros em Angra e o parque arqueológico sejam conciliáveis. Concluiu dizendo que esta era a informação que dispunha sobre o assunto. O Vereador Artur Lima referiu que participou em todas as sessões sobre o Cais de Cruzeiros que se realizaram no auditório da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, onde houve intervenções de personalidades de diversas áreas e que nessa altura e na apresentação do projeto final foi afirmado que a obra podia ser efetuada no local previsto porque não afetava o parque arqueológico, acrescentando que foram gastas centenas de milhares de euros na elaboração dos projetos. Assegurou que o Governo Regional também defendeu que o Cais de Cruzeiros não pode interferir com o parque arqueológico e que se agora mudou de opinião terá que apresentar à Câmara Municipal de Angra os estudos em que se fundamentou para tomar a decisão porque até determinada altura desvalorizou a petição e as posições de quem alertou para a questão dos achados. Considerou que a verdadeira razão para a mudança de postura do Governo Regional tem a ver com o facto de não existir dinheiro para avançar com a obra e que se está a ludibriar os angrenses e os terceirenses. O Vereador Artur Lima reafirmou, ainda, a sua posição contrária à construção de um Cais de Cruzeiros em Angra do Heroísmo, mas exigiu que o Governo Regional cumpra os seus compromissos.

Voltou a referir que o Governo Regional não tinha na altura em que o processo avançou, nem tem atualmente, dinheiro para avançar com a obra mas não se inibiu de promete-la há sete meses no seu manifesto eleitoral para a Ilha Terceira. De acordo com Artur Lima, quem prometeu o Cais de Cruzeiros deve fazê-lo.-----

A Presidente referiu que, embora se trate de uma obra da responsabilidade do Governo Regional, gostaria de fazer um comentário começando por dizer que não sabia se o que estava em causa são questões financeiras ou não. Adiantou que se houver razões financeiras que levem à revisão do projeto ficará grata por entender que o mesmo deve ser revisto. O Vereador Artur Lima disse que o problema é que há seis meses ou há um ano atrás ninguém achava que o projeto deveria ser revisto. A Presidente disse que essa é uma questão que não podia responder. Referiu que enquanto angrense e um dos elementos da Câmara Municipal de Angra só pode dizer que se foram as questões financeiras que determinaram que fossem consideradas alternativas, então tal aconteceu em boa altura. Prosseguiu dizendo que entende que o mercado de cruzeiros é muito importante para o Concelho e que o mesmo pode ser conciliável com o parque arqueológico e que não há necessidade de se perder outras mais-valias que existem no mesmo local para se ter o Cais de Cruzeiros. A Presidente disse, ainda, que não tinha qualquer problema em assumir essa posição, independentemente de terem sido tomadas anteriormente outras posições sobre essa matéria. Recordou que a questão do Cais de Cruzeiros nunca foi consensual desde o início, uma vez que algumas pessoas defenderam que ia danificar o parque arqueológico e outras defenderam o contrário. O Vereador Artur Lima voltou a referir que assistiu a todas reuniões, incluindo a que o então Secretário Regional de Economia, Dr. Vasco Cordeiro interveio e que se lembra muito bem do que foi afirmado na altura, havendo atas dessas reuniões no Instituto Histórico da Ilha Terceira. Acrescentou que nessa reunião realizada no auditório da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo estiveram presentes mais de 100 pessoas e que algumas delas questionaram o Dr. Vasco Cordeiro sobre as questões relacionadas com o parque arqueológico e que se recorda do que foi dito nessa altura pelo governante. Considerou legítima a posição expressa pela Presidente até porque não teve nada a ver com o processo até ao presente mas que a anterior Câmara não tinha as dúvidas que foram expressas e que o projeto foi alvo de diversas alterações e tidos em conta os contributos de várias personalidades que foram ouvidas ao longo do processo e que depois disso a versão final do projeto da obra foi apresentada na Câmara para ser executada. O Vereador Artur Lima referiu, também, que já percebeu

que o projeto não vai ser executado porque não está prevista qualquer verba para esse efeito no Plano e Orçamento da Região para 2013, enquanto nos documentos similares referentes ao ano de 2012 havia uma dotação de mais de um milhão de euros que, segundo deduziu, devem ter sido empregues na elaboração dos projetos, uma vez que a obra do Cais de Cruzeiros está orçada em cerca de 60 milhões de euros. Concluiu que se a obra não for concretizada será uma perda para o turismo da Terceira, pelo menos para aqueles que acreditam que o Cais de Cruzeiros é importante.-----

O Vereador António Ventura considerou que o processo do Cais do Cruzeiros é uma grande ilusão de quem parte do princípio que a Região é rica embora se saiba que isso não é verdade. Referiu que sendo o Cais de Cruzeiros uma obra orçada em 60 milhões de euros não existem empresas regionais com capacidade para executar a mesma, por isso o que se pretende fazer é exportar dinheiro. Acrescentou que é preciso ter consciência do que se está a pedir porque existe uma estrutura portuária na Praia da Vitória que está subproveitada. Para o Vereador António Ventura, não faz sentido mais uma estrutura em betão na ilha que custa 60 milhões de euros quando existem dívidas a fornecedores de medicamentos superiores a seis milhões de euros. O Vereador Artur Lima interveio para dizer que a dívida dos medicamentos já atinge os nove milhões de euros. O Vereador António Ventura deu conta que foi contactado por uma empresa de construção civil que reclama uma dívida de 15 milhões de euros do Governo Regional. Recordou que o Cais de Cruzeiros, a requalificação da baía de Angra e o parque temático de Angra foram anunciados em época de crise e quem o fez estava consciente que não havia dinheiro para fazer essas obras. O Vereador António Ventura considerou lamentável a forma como foram anunciados esses compromissos que, segundo referiu, não passam de propaganda. Manifestou o seu agrado pelo facto da Presidente ter expressado a sua opinião no sentido do processo do Cais de Cruzeiros ser reavaliado, considerando que no seu entender não se trata de uma obra necessária nem fundamental para Angra, pelo menos neste momento. Deu conta que nos países ricos os turistas de cruzeiros são desembarcados em lanchas e que em relação ao Laboratório Regional de Veterinária, que está em construção, mais parece um hospital destinado a receber pessoas.-----

O Vereador António Ventura referiu que tem recebido queixas de que existe uma praga de ratos nas freguesias todas em Angra. O Vereador Artur Lima fez notar que o número



de casos de leptospirose está a aumentar. O Vereador António Ventura prosseguiu referindo que a zona subterrânea dos antigos celeiros está transformada num grande ninho de ratos. A Presidente referiu que os veterinários municipais foram ao local e não detetaram nenhuma concentração de ratos.-----

O Presidente da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras, José Cipriano Martins interveio para manifestar o seu pesar pelo facto de apesar de haver distribuição de raticida, existem muitas pessoas que não fazem uso desse produto e em alguns casos até colocam os sacos de veneno no lixo. O Vereador Hugo Rosa defendeu que é preciso fazer uma desratização a sério. O Vereador António Ventura afirmou que o problema é que os ratos estão a ficar imunes à substância ativa dos raticidas, acrescentando que há quem utilize o veneno que é distribuído mas os ratos continuam vivos. A Presidente recordou o que tinha dito na Assembleia Municipal, que existe a ideia de que os ratos estão a ganhar resistência ao veneno e que esse não é um problema exclusivo da Terceira porque o mesmo se está a passar noutras ilhas. Reconheceu que terá que haver uma abordagem diferente do problema, por isso solicitou que fossem apresentadas propostas nesse sentido à Câmara Municipal. O Vereador Artur Lima disse que o veterinário municipal deveria fazer um plano de desratização sistemático porque o sucesso do combate de uma praga não se consegue com a distribuição aleatória de veneno, afirmando que esse método não resultou e permitiu que fossem criadas resistências aos diferentes raticidas por inconsciência de algumas pessoas que colocaram o produto no lixo. O Vereador Artur Lima defendeu a urgência de haver uma ação coordenada entre os serviços veterinários regionais e camarários que tenha em conta toda a ilha. O Vereador Hugo Rosa disse que existe uma portaria do Governo Regional nesse sentido. O Vereador Artur Lima referiu que é preciso aplicar essa portaria, porque dar sacos de veneno nos postos de recolha de leite é dar alimento para os ratos. Alertou para o facto de existir um relatório sobre a leptospirose elaborado pelo Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada com resultados muito preocupantes e que alerta para a necessidade de se fazer uma desratização sistemática. Realçou que terá que haver uma conjugação de esforços entre os serviços veterinários de ambas as Câmaras da ilha e o Governo Regional porque caso contrário podem existir problemas sérios de casos de leptospirose, até porque deixaram de ser apenas os lavradores a serem afetados pela doença para passar a ser também as pessoas que cuidam do jardim e que no futuro poderão ser as crianças que brincam no jardim da escola a ficarem também doentes. Sendo assim, referiu que o assunto deve ser encarado como

um problema de saúde pública com toda a seriedade e merecer uma ação conjunta das duas Câmaras Municipais da ilha e do Governo Regional.-----

O Vereador Hugo Rosa referiu que a Câmara de Angra e os Serviços de Desenvolvimento Agrário da Terceira desenvolvem ações conjuntas tendo em vista esse objetivo. O Vereador António Ventura recordou que nos anos 80 foi efetuada uma campanha de desratização que teve como efeito uma redução drástica da população de ratos que existiam na ilha. Prosseguiu referindo que os ambientalistas “fundamentalistas” defendem que esse tipo de campanhas pode ter efeitos noutros animais, o que constituiu um entrave à realização de ações de desratização atualmente.-

O Vereador António Ventura solicitou que a Câmara Municipal obtenha dados sobre o desemprego, economia paralela e beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) do Concelho, uma vez que esse tipo de estatísticas não costuma ser publicada com esse detalhe por parte das entidades oficiais.-----

O Vereador Anselmo Barcelos colocou uma questão relativa aos sinais de trânsito da Canada dos Folhadais e ao facto de os alunos terem que caminhar quase pelo meio do trânsito naquela zona, no Caminho de São Carlos, situação que considerou potencialmente perigosa. Acrescentou que há cerca de três anos que vem alertando para essa situação sem que até agora nada tenha sido feito. A Presidente referiu que foi abandonada a intenção de colocar semáforos porque podia acontecer uma situação de perigo porque os moradores do troço entre o Império de São Carlos e a Canada dos Folhadais ao saírem das suas propriedades não sabem qual o semáforo que está verde e o que está vermelho. O Vereador Artur Lima referiu que o mesmo problema existe junto ao Solar da Madre de Deus e Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo. A Presidente referiu que em relação ao Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo as garagens ficam depois do semáforo e que no caso do Solar da Madre de Deus os veículos devem sair para cima. O Vereador Artur Lima apontou outras situações potencialmente perigosas para a circulação do trânsito.-----

Seguidamente, o Vereador Artur Lima referiu-se à nova discoteca de Angra do Heroísmo para dar conta que esteve no local na inauguração e que detetou algumas situações que podem constituir perigo como a inexistência de saídas de emergência, uma vez que a

portas que existem no local dão acesso a uma esplanada que está vedada com plástico e que o muro de acesso à estrada é alto. Referiu que já solicitou o projeto da discoteca mas que o mesmo ainda não lhe foi entregue. Acrescentou que tudo indica que não foram efetuadas obras de insonorização do espaço e questionou se aquele telhado é adequado para aquele tipo de estrutura, uma vez que se trata de uma cobertura de fibrocimento com amianto. Questionou se a Câmara Municipal teve em conta essas situações quando concedeu a licença provisória para o funcionamento da discoteca e se foi efetuada já alguma fiscalização ao recinto. Alertou para o facto de o amianto constituir uma situação perigosa para a saúde. O Vereador Hugo Rosa disse que o pedido de licenciamento já entrou na Câmara Municipal e que decorre o período de solicitação de pareceres a diversas entidades como é habitual nesse tipo de situações e que certamente esses problemas, caso existam, serão detetados durante as vistorias.----

O Vereador António Ventura referiu-se à situação do Angra Marina Hotel que ainda não possui licença. O Vereador Artur Lima referiu que esse processo mais parece uma “novela” e que se tivesse uma casa e quisesse assinar o serviço de televisão por cabo era exigida a licença de habitabilidade, enquanto o referido hotel tem todas as infraestruturas (luz, água, e TV cabo), sem ter a licença de habitabilidade. O Vereador António Ventura referiu que a unidade hoteleira foi inaugurada em julho do ano passado com a presença do Presidente do Governo Regional e que, após vários meses de funcionamento, ainda não tem licença. A Presidente voltou a dizer que o referido hotel não tem licença e que o seu proprietário avançou com uma ação em tribunal contra a autarquia para obrigar à emissão da mesma mas o tribunal deu razão à Câmara Municipal. Adiantou que existem documentos em falta para que possa ser concedida a licença ao hotel. O Vereador Artur Lima frisou que o prazo para entrega de documentos já acabou. A Presidente disse que a empresa proprietária do hotel tem vindo a entregar os documentos solicitados pela Câmara embora exista alguns ainda em falta como os termos de responsabilidade dos técnicos. Os Vereadores Artur Lima e António Ventura disseram que face a essa situação é necessário emitir uma ordem de encerramento do hotel. A Presidente referiu que existe todo o interesse em que o hotel possa funcionar porque é uma mais-valia para o Concelho de Angra, mas existem obrigações legais que têm que ser cumpridas e enquanto isso não acontecer a Câmara não emite a licença. O Vereador Artur Lima disse que se trata de uma caso muito grave porque os outros hotéis que têm a sua situação legalizada estão a queixar-se de concorrência desleal. A Presidente disse que os outros hotéis de Angra também levaram algum tempo a concluir

o seu processo de licenciamento e que nesse caso não se trata de um procedimento diferente em relação ao que já foi feito no passado, acrescentando que será efetuada uma vistoria ao hotel em breve.-----

### **Período da Ordem do Dia**

#### **Prova Todo-o-Terreno – “TRANS TERCEIRA IV”**

Ent. 749 – Pedido de licenciamento para a realização do Passeio Todo-o-Terreno “TRANS TERCEIRA IV”, efetuado pelo **Terceira Automóvel Clube**, o qual terá lugar nos dias 22, 23 e 24 de março de 2013, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março.----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, da Direção Regional dos Recursos Florestais, do IROA, S.A., bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

**O Vereador Hugo Rosa ausentou-se da reunião, no momento da discussão e votação deste assunto, por se encontrar impedido, nos termos do artigo 44.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo.**-----

#### **Trasladação de Ossadas**

Ent. 6773 – Pedido efetuado por **Maria Cremilda Soares Ferreira Fernandes**, para trasladação de ossadas, da sepultura n.º 68, parte baixa, do Cemitério de Nossa Senhora do Livramento, para o jazigo n.º 1, do mesmo Cemitério, para autorização pelo órgão executivo, nos termos dos n.ºs 2 e 3, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de Outubro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 373 – Pedido efetuado pela **Câmara Municipal de Oeiras**, para trasladação de ossadas, da sepultura n.º 128, da secção 19, do Cemitério de Oeiras, para a sepultura n.º 521, da 5ª secção, parte alta do mesmo Cemitério de Nossa Senhora da Conceição, para autorização pelo órgão executivo, nos termos do n.º 3, do artigo 4.º, do Decreto-Lei

n.º 411/98, de 30 de Dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de Outubro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

### **Isenção de Taxas**

Ent. 284 – Pedido de isenção de taxas, efetuado pela **TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM**, referente à autorização de estacionamento anual para duas viaturas, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento Municipal de Taxas. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou isentar as devidas taxas na sua totalidade.**-----

O Vereador Fernando Dias fez a observação que o pedido de isenção foi efetuado pelo Gabinete Técnico da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, quando o mesmo deveria ser subscrito pelo Conselho de Administração. A Presidente referiu que o referido Conselho de Administração será alertado para essa situação.-----

Ent. 6618 – Novamente presente o pedido de isenção de taxas, efetuado pelo **Circo Família Cardinali**, referente à licença de instalação de recinto itinerante, licença especial de ruído e licença para afixação de mensagens publicitárias, no âmbito da passagem do Circo Brasil pelo concelho de Angra do Heroísmo, para decisão do órgão executivo sobre a proposta de indeferimento, nos termos do n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento Municipal de Taxas. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou indeferir este pedido, nos termos da respetiva proposta.**-----

## **DELIBERAÇÕES DIVERSAS**

### **Pedidos de Apoio**

Ent. 428 – Ofício da AIPA-Associação dos Imigrantes nos Açores, solicitando uma comparticipação anual para manter em funcionamento o CLAII – Centro Local de Integração dos Imigrantes na Ilha Terceira. A Presidente da Câmara propõe a atribuição de um apoio no valor de € 600,00 (seiscentos euros), para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir um apoio de €600,00.**-----

Ent. 847 – Carta de Daty Judjai, residente em Boloma, região da Guiné-Bissau, solicitando apoio material e/ou financeiro para construir uma casa na sua terra uma vez que é carenciado e tem 6 filhos. Vem acompanhado de parecer da Chefe da Unidade de Desenvolvimento Integrado, dando conta que o pedido não se enquadra em nenhum dos regulamentos que servem de apoio aos munícipes, uma vez que o requerente não reside no concelho nem tão pouco em território português. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou indeferir este pedido, tendo em conta que o mesmo não se enquadra em nenhum dos regulamentos que servem de apoio aos munícipes, uma vez que o requerente não reside no concelho nem tão pouco em território português.**-----

Ent. 1550 – No seguimento da proposta da extinta Culturangra, EEM, datada de 30/03/2011, para apoio aos bailinhos de carnaval que passaram no teatro Angrense, no ano de 2011, propõe-se a atribuição de um apoio no valor de €430,27 ao bailinho “As Paixões do Osvaldinho”. Para aprovação do órgão executivo, nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir um apoio no valor de €430,27, ao citado bailinho.**-----

O Vereador Fernando Dias referiu que nos documentos de revisão do Orçamento da Câmara existe uma verba de cerca de 49 mil euros para os bailinhos de Carnaval de 2011, por isso o apoio em causa não deverá ser o último para esse ano. A Presidente disse que se deve tratar de um equívoco porque os valores a atribuir a todos bailinhos por cada ano não se aproximam desse montante, nem sequer chegam a metade. O Vereador Fernando Dias reafirmou que é esse o montante que consta dos documentos que serão submetidos à Assembleia Municipal.-----

Ent. 1059 – Carta da ACTUSA – Associação Cultural Tuna Universitas Scientiarum Agrarium, solicitando apoio para o IX Ciclone-Festival Internacional de Tunas Cidade de Angra do Heroísmo, consubstanciado na cedência de transporte terrestre para as tunas participantes e de duas passagens aéreas uma com destino PDL-TER-PDL e outra Porto-Ter-Porto. Para aprovação do órgão executivo, nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º

5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou o seguinte:-----**

- **Atribuição de uma passagem aérea PDL-TER-PDL, no valor de €154,96;-----**
- **Atribuição de uma passagem aérea POR-TER-POR, no valor de €385,35;-----**
- **Assumir o encargo com o autocarro aeroporto/Angra, para 150 pessoas, no valor de €1 092,00 com IVA incluído.-----**

Ent. 762 - Carta da ACTUSA – Associação Cultural Tuna Universitas Scientiarum Agrarium, solicitando apoio para o IX Ciclone-Festival Internacional de Tunas Cidade de Angra do Heroísmo, consubstanciado na cedência de um Porto de Honra a ofertar às tunas participantes. Para deliberação do órgão executivo, nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por maioria com 6 votos a favor da Presidente, dos Ver. do PS e dos Ver. do PSD e 1 abstenção do Ver. do CDS-PP, deliberou indeferir este pedido, devido à contenção de despesas e tendo em conta que a Edilidade já apoia o evento em causa, com a cedência de passagens, bem como o transporte de autocarro, conforme o registo SGD 1059.-----**

Ent. 6734 e 1055 - Pedido de apoio da Fábrica da Igreja de S. Bartolomeu para a realização da 28.ª Jornada Mundial da Juventude, para deliberação do órgão executivo nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou apoiar o evento em causa, através da cedência de um palco e as estruturas de jogos. Mais deliberou a Edilidade assumir o encargo com o aluguer dos wc portáteis, no valor de €141,00 acrescido de IVA à taxa em vigor, bem como atribuir um subsídio no valor de €750,00.-----**

Ent. 836 - Pedido de cedência de quiosque da Associação Açoreana de Criadores de Cavalos. Para deliberação do órgão executivo municipal, nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou indeferir este pedido, considerando o elevado estado de degradação das diversas estruturas das Sanjoaninas e a intenção de iniciar a sua reabilitação o mais breve possível.-----**

## **Cedência de salas à ABIT**

Ent. 765 - Carta da Associação de Basquetebol da Ilha Terceira solicitando a cedência de um espaço para o desenvolvimento da sua atividade. Vem acompanhado de proposta da Senhora Presidente no sentido de serem cedidas 3 salas do Pavilhão Municipal de Desporto. Para aprovação do órgão executivo municipal nos termos do artigo 64.º, n.º 4, alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 5 votos a favor da Presidente, do Vereador do Partido Socialista António Gomes e dos Vereadores do Partido Social Democrata e 1 abstenção do Vereador do CDS-PP, deliberou ceder três salas do Pavilhão Municipal de Desporto à citada Associação.**-----

**O Vereador Hugo Rosa ausentou-se da reunião, no momento da discussão e votação deste assunto, por se encontrar impedido, nos termos do artigo 44.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo.**-----

O Vereador Artur Lima considerou excessiva a cedência das três salas à Associação de Basquetebol da Ilha Terceira, afirmando que esse organismo não tem necessidade das mesmas. Recordou que foi uma dificuldade para se arranjar sala para os Vereadores e que há também outras instituições desportivas que necessitam de salas e as mesmas não foram cedidas. O Vereador Artur Lima prosseguiu dizendo que a nova direção da Associação de Basquetebol da Ilha Terceira tem disponibilidade financeira porque até contratou um assessor e questionou se a mesma já não possui instalações. A Presidente respondeu que a Associação de Basquetebol da Ilha Terceira tem instalações arrendadas. Adiantou que a referida associação solicitou a cedência de instalações na antiga Escola Primária da Conceição mas que já não há espaço disponível nesse local. A Presidente considerou uma “mais-valia” que a Associação de Basquetebol da Ilha Terceira possa ter as suas instalações no Pavilhão Municipal uma vez que se trata da modalidade que utiliza quase em exclusividade essa infraestrutura.---



### **Pedidos de parecer prévio**

Ent. 355– Proposta do Chefe de Divisão de Serviços Integrados em regime de substituição, datada de 19 de fevereiro de 2013, no sentido de ser emitido parecer prévio favorável à prestação de serviços jurídicos para contestação e demais atos processuais pela Sociedade de Advogados Morais Sarmiento & Almeida Farinha RL (MSAF), no Processo n.º 21.13.3 BEPDL instaurado contra este Município, nos termos do artigo 75.º, n.ºs 4 e 10 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio (Lei do Orçamento de Estado de 2013). – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou emitir parecer prévio quanto à aquisição do serviço em causa, no valor de € 5 000,00 acrescido de IVA à taxa em vigor.**-----

Ent. 353 – Proposta da Presidente, de 18 do corrente mês, tendo em vista a emissão de parecer prévio favorável pelo órgão executivo, nos termos do artigo 75.º, n.ºs 4 e 10 da Lei de Orçamento do Estado para 2013, relativamente à aquisição de serviços de natureza artística à H2N – Consultadoria de Animação Unipessoal Lda. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou emitir parecer prévio quanto à aquisição do serviço em causa, pelo valor de € 6 171,00.**-----

O Vereador Fernando Dias questionou se o valor em causa inclui outras despesas como as de alimentação, entre as quais o catering. A Presidente referiu que o catering previsto no contrato é para o dia do espetáculo. O Vereador Artur Lima perguntou se é necessário dar de comer aos artistas. A Presidente respondeu que os artistas até escolhem o que querem comer na maior parte das vezes, acrescentando que neste caso trata-se de um catering básico.-----

### **Consumo de produtos vendidos no bar em sessões de cinema do CCCAH**

Ent. 352 – Proposta da Presidente da Câmara Municipal, de 14 do corrente mês, tendo em vista a permissão do consumo dos produtos vendidos no bar de apoio ao cinema em todas as sessões do cinema do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, para deliberação do órgão executivo municipal nos termos do artigo 138.º do Código do Procedimento Administrativo. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou esta proposta.**-----

## **Minutas dos protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia do Concelho**

354 - Proposta da Presidente da Câmara, datada de 18 de fevereiro do corrente, com vista à aprovação das minutas dos protocolos de delegação de competências com as juntas de Freguesia do concelho, considerando os valores já aprovados no Plano e Orçamento para 2013 e que pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro a Câmara Municipal pode delegar competências nas Juntas de Freguesia mediante celebração de protocolos.- **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou as minutas dos protocolos em causa.**-----

### **Atribuição de apoio – Clubes Desportivos e Atletas Individuais**

Ent. 368 – Proposta da Presidente da Câmara, datada de 19 de fevereiro, no sentido de serem atribuídos apoios às coletividades desportivas e atletas individuais, nos termos do Regulamento de Atribuição de Apoios a Coletividades Desportivas e Atletas Individuais do Concelho de Angra do Heroísmo, no valor total de € 205 243,43 (duzentos e cinco mil duzentos e quarenta e três euros e quarenta e três cêntimos).-----

Presentes também, para autorização do órgão executivo, as minutas dos contratos programa a celebrar com as Coletividades Desportivas e Atletas Individuais. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente, do Vereador do Partido Socialista e do Vereador do CDS-PP e 2 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata, aprovou as minutas dos protocolos em causa.**-----

**Os Vereadores Hugo Rosa e Anselmo Barcelos ausentaram-se da reunião, no momento da discussão e votação deste assunto, por se encontrarem impedidos, nos termos do artigo 44.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo.**-----

A Presidente referiu que os apoios às Coletividades Desportivas e Atletas Individuais serão atribuídos de acordo com o regulamento que foi discutido com os clubes e associações e aprovado em reunião de Câmara e que o mesmo já foi aplicado o ano passado. Referiu que a distribuição do montante global das verbas definidas é efetuada em função dos resultados alcançados por cada equipa. A Presidente acrescentou que este ano foi admitida uma candidatura do Sport Club Lusitânia pela participação em provas nacionais e que no ano anterior foi atribuído um apoio a esse clube apenas para

a formação e que qualquer alteração à proposta vai implicar um aumento ou redução de verbas, porque o montante global será sempre o mesmo. O Vereador Fernando Dias referiu que todos os anos há comentários por parte dos clubes em relação aos apoios e que o regulamento é muito denso e que quando se pergunta se os clubes sabem como os apoios são calculados respondem que não. A Presidente afirmou que os clubes sabem. O Vereador Fernando Dias insistiu que não. O Vereador Artur Lima questionou se os clubes não sabem como é que aprovaram o regulamento. O Vereador Fernando Dias referiu que é difícil perceber como se apura os valores que cada clube tem direito, reconhecendo que também tem dificuldade em perceber porque não conhece os termos em que foram feitas as candidaturas. A Presidente disse que a fórmula como se apurou os apoios é a mesma que foi utilizada o ano passado. O Vereador Fernando Dias considerou importante que a proposta de apoios antes de ser submetida à apreciação em reunião de Câmara fosse do conhecimento dos clubes com a explicação da forma foram atribuídos os montantes. A Presidente discordou argumentando que se a proposta fosse apresentada previamente aos clubes e depois fossem feitas alterações seria necessário explicar aos clubes as razões porque uns tinham mais apoio e outros menos, porque o montante a distribuir é sempre o mesmo, frisando que os critérios são iguais para todos de acordo com o mérito desportivo. Os Vereadores discutiram ainda aspetos relacionados com o facto de haver clubes que têm atletas estrangeiros ou profissionais e outros com atletas apenas da Região e se esse fator é ou não tido em conta na atribuição dos apoios, bem como, as diferenças de valores que os clubes recebem de um ano para o outro. Debateram, ainda, a possibilidade do regulamento ser alterado de modo a que não existam diferenças acentuadas de valores de ano para ano atribuídos aos clubes.-----

Ent. 366 – Proposta do Vereador Hugo Rosa, datada de 19 de fevereiro, no sentido de serem atribuídos apoios à coletividade desportiva e à atleta individual, nos termos do Regulamento de Atribuição de Apoios a Coletividades Desportivas e Atletas Individuais do Concelho de Angra do Heroísmo, no valor total de €30.761,12 (trinta mil setecentos e sessenta e um euros e doze cêntimos). Presentes também, para aprovação do órgão executivo, as minutas dos contratos programa a celebrar com a Coletividade Desportiva e Atleta Individual. - **A Câmara Municipal, por maioria com 2 votos a favor dos Vereadores do Partido Socialista e 1 do Vereador do CDS-PP, e 3 abstenções dos Vereadores do PSD, aprovou as minutas dos protocolos em causa.**-----

**A Presidente da Câmara ausentou-se da reunião no momento da discussão e votação deste assunto, em virtude de se encontrar impedida, nos termos do artigo 44.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo.-----**

**Regulamento Municipal de Concessão de Bolsas do Concelho de Angra do Heroísmo – BOLSANGRA - ATA**

Ent. 138 - Ata definitiva da comissão de análise das candidaturas de atribuição de bolsas de estudo no Concelho de Angra do Heroísmo – Bolsangra. A presente ata é remetida ao órgão executivo municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do citado Regulamento para aprovar as listas finais dos bolseiros, para a manutenção das bolsas de estudo dos bolseiros do ano letivo 2012/2013 e atribuição aos novos bolseiros. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou as listas finais dos bolseiros para o ano letivo 2012/2013, bem como a atribuição das mesmas aos novos bolseiros.-----**

**Aquisição da propriedade plena do lote 64 da Zona Industrial de Angra do Heroísmo**

Ent. 938 – Ofício da empresa F.J.Correia. Lda., datado de 11 de fevereiro de 2013, a manifestar interesse na aquisição da propriedade plena do lote 64 da ZIAH, sito na Rua Salomão Levy, freguesia do Porto Judeu, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2553 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1474, caso não se mantenha os descontos sobre o valor da compra, atribuídos pela deliberação camarária de 4 de abril de 2011. Para autorização, nos termos do disposto no artigo 2º, n.º 1 e artigo 8º, n.º1 alínea b) do Regulamento de Cedências de Espaços na Zona Industrial de Angra do Heroísmo, da venda do referido prédio pelo valor de € 56 595 (cinquenta e seis mil quinhentos e noventa e cinco euros), mantendo-se assim o desconto, inicialmente atribuído, de 2%, uma vez que o requerente deslocalizou a empresa da zona urbana para a ZIAH e pela empresa ter sido considerada de interesse relevante para a ZIAH, de acordo com a alínea a) e subalíneas I a III, da alínea b) do artigo 8.º previsto nas alterações efetuadas ao Regulamento de Cedências de Espaços de ZIAH.-----  
Ainda, em conformidade com o artigo 10º do mesmo regulamento, deverá o órgão executivo decidir que no clausulado da respetiva escritura de venda fique estipulado que

o Município gozará sempre do direito de preferência, em primeiro grau, na alienação do citado lote – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou a venda do prédio em causa, nos termos propostos.**-----

**1.ª revisão ao plano plurianual de investimento e orçamento para 2013 dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo**

Ent. 1099 - Ofício n.º 532, de de 20 fevereiro, dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, remetendo uma proposta de Revisão ao Plano Plurianual de Investimento e Orçamento para 2013, para que esta a submeta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º conjugado com o preceituado na alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e parcialmente revogada pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou submeter à Assembleia Municipal este documento, para aprovação, nos termos supramencionados.**-----

**Pedido de aumento temporário de fundos disponíveis - “empreitada de remodelação das redes de abastecimento e de drenagem de águas em chafariz velho – ladeira branca”**

Ent. 1101 - Ofício n.º 533 , de de 20 fevereiro, dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, solicitando autorização para o aumento temporário dos fundos disponíveis no montante de € 990 544,94 (novecentos e noventa mil, quinhentos e quarenta e quatro euros e noventa e quatro centimos), ao abrigo da alínea c) do n.º 1 artigo 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis dos SMAH no montante de € 990 544,94 (novecentos e noventa mil, quinhentos e quarenta e quatro euros e noventa e quatro centimos), ao abrigo da alínea c) do n.º 1 artigo 4.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.**-----

### **Atribuição de apoio – Festas Sanjoaninas 2013**

Ent. 390 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 21 de fevereiro, no sentido de se atribuir um apoio à Associação Cultural Burra de Milho para a contratação de um espetáculo musical, no âmbito das festas Sanjoaninas 2013, mediante a celebração de protocolo. Para deliberação do órgão executivo municipal nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente e dos Vereadores do Partido Socialista e 4 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, concordou com esta proposta, no valor de €37 000,00.**-----

A Presidente deu conta que nos contratos com artistas internacionais é habitual existirem pagamentos antecipados dos espetáculos. Esclareceu que a proposta em causa é referente a um apoio a atribuir à Associação Cultural Burra de Milho para a contratação de um espetáculo musical, no âmbito das festas Sanjoaninas 2013, uma vez que a Câmara não o pode fazer. A Presidente assegurou que não existe qualquer irregularidade no procedimento, uma vez que a Burra de Milho será a entidade contratante do artista. O Vereador Artur Lima referiu que gostaria de ter um parecer sobre esse assunto tendo em conta os antecedentes em relação a questões similares. O Vereador Fernando Dias questionou se a contratação do referido artista está prevista no orçamento da Sanjoaninas 2013. A Presidente respondeu afirmativamente. O Vereador Fernando Dias perguntou se será emitido um documento que justifica essa despesa e se existe mais alguma situação idêntica. A Presidente respondeu que será emitido um documento de despesa e que não existe mais nenhuma situação similar. O Vereador Fernando Dias referiu que uma vez que o valor em causa é de 37.000 euros é necessário que, em termos do orçamento das Sanjoaninas, não existam alterações em relação ao que foi aprovado. A Presidente disse que o orçamento das Sanjoaninas passou a ser um centro de custos da Câmara Municipal por isso não irá sofrer alterações.-----

## **Período de Intervenção do Público**

O Presidente da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras, José Cipriano Martins, começou por fazer uma referência à situação de freguesia e a sua importância no contexto da produção agropecuária. De seguida, referiu que há sobras de três casas na freguesia que aguardam há quatro anos que seja colocado asfalto nas vias de acesso e que essas intervenções foram prometidas pelo anterior e atual elenco camarário. O Presidente da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras disse, ainda, que a Câmara Municipal não fez qualquer intervenção em estradas na freguesia nos últimos três anos. Fez também referência à situação em que se encontram três habitações sociais construídas após o sismo que foram registadas por aquela autarquia mas que continuam sem ter apoio para a sua reabilitação. Outra questão abordada pelo Presidente da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras foi a situação potencialmente perigosa em que se encontram três pontos da ribeira e que já alertou os técnicos da Câmara Municipal para a necessidade de se fazer uma intervenção no local de modo a evitar algum incidente. Por outro lado, disse que a Câmara Municipal também poderia ajudar na pavimentação de alguns caminhos agrícolas com bagacina. Prosseguiu a sua intervenção solicitando mais empenhamento da Câmara Municipal na resolução dos problemas referidos e afirmou que por vezes poderá ser difícil isso acontecer porque são três Vereadores de partidos diferentes a decidir o que torna o entendimento mais difícil. O Vereador António Ventura referiu que tal não corresponde à verdade. O Vereador Artur Lima disse ainda que esse tipo de questões são abordadas nas reuniões entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal em que não está presente. Referiu que os assuntos em causa nunca chegaram ao seu conhecimento, conforme se pode constatar nas atas das reuniões da Câmara. O Presidente referiu que o ano passado afirmou que as sobras de estradas iam avançar em todas as freguesias mas o processo acabou por sofrer atrasos. Não obstante as obras já foram iniciadas noutros locais e que é uma questão de tempo para que o problema fique resolvido nas Cinco Ribeiras. Salientou que durante o ano de 2012 a Câmara Municipal concedeu diversos apoios à freguesia das Cinco Ribeiras, num montante global superior a 42 mil euros, dos quais cerca de 29 mil foram para a beneficiação de estradas da freguesia. De seguida, fez referência a um conjunto de iniciativas e investimentos que serão apoiados ou realizados pela Câmara Municipal nas Cinco Ribeiras. O Presidente frisou, ainda, que foi aprovado, por unanimidade, em reunião de Câmara um apoio para a recuperação das habitações referidas pelo

Presidente da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras. Reconheceu que há ainda muito por fazer e que é preciso continuar a intervir sempre que tal seja possível. Assegurou que existe um bom relacionamento entre todos os partidos representados na Câmara Municipal e que nenhum dos problemas que está por resolver nas Cinco Ribeiras se deve ao facto de ter havido sobre os mesmos qualquer decisão em reunião de Câmara, acrescentando que os atrasos que se verificam são apenas da sua responsabilidade por diferentes razões.-----

O Vereador Artur Lima enalteceu o facto de as Cinco Ribeiras serem uma freguesia rural com uma indústria ligada ao setor de laticínios e elogiou a postura da Presidente que contrasta com a do anterior executivo camarário que difamou, por diversas vezes, os vereadores da oposição. O Vereador António Ventura referiu que a freguesia das Cinco Ribeiras tem uma “riqueza económica escondida” no que se refere à atividade agrícola e também destacou o bom entendimento que existe entre as três forças políticas representadas no órgão executivo. Por outro lado, questionou o Presidente da Junta se a freguesia tem algum protocolo com a Secretaria Regional dos Recursos Naturais para a limpeza das ribeiras. O Presidente da Junta respondeu que teve o ano passado um apoio de 1.500 euros mas que se estava a referir à necessidade de se fazer uma intervenção de fundo nas ribeiras.-----

O senhor Vítor Freitas referiu que é notório o bom relacionamento entre os vereadores de todos partidos representados na Câmara, passando de seguida a realçar o papel da freguesia das Cinco Ribeiras para a economia da ilha graças à sua atividade na agropecuária. Prosseguiu dizendo que a freguesia tem um problema grave no que se refere ao abastecimento de água às explorações agrícolas. Por outro lado, referiu que a Canada do Porto necessita de ser repavimentada, frisando que se trata de uma das canadas mais movimentadas da ilha e muito importante para a freguesia porque dá acesso ao porto e porque é por lá que passam autocarros para a queijaria que é uma das atrações turísticas da Ilha Terceira. Adiantou que em relação ao parque de campismo há alguns utentes que vão às residências próximas para saberem como é que se pode abrir o portão de acesso àquela estrutura, situação que lamentou pois trata-se de uma das melhores que existe na ilha e que resultou de um investimento avultado feito há alguns anos pela Câmara Municipal. Fez, ainda, referência ao facto de não haver, durante todo o ano, um “Eco ponto” junto ao parque de campismo, bem como, à



situação em que se encontra a Canada do Pilar, concretamente ao facto de uma parte na zona da costa estar a ruir de forma constante há vários anos. Por outro lado, o senhor Vítor Freitas chamou a atenção para o facto dos tetrápodes já terem baixado cerca de dois metros em relação à altura inicial em alguns pontos da marina de Angra devido à erosão do solo marinho. Explicou que devido a essa situação o molhe já não consegue garantir a proteção de ondas até dez metros como inicialmente mas até oito metros. Sendo assim, defendeu que deve haver reposição de tetrápodes no molhe da marina de Angra mas que tal até agora não aconteceu alegadamente por falta de verbas para o efeito. Referindo-se ao Cais de Cruzeiros de Angra, disse que, para além de ser uma mais-valia para o turismo, tem a vantagem de permitir a proteção do atual molhe da marina de Angra.-----

A Presidente referiu que as condutas de abastecimento de água à lavoura são propriedade do Instituto Regional de Ordenamento Agrário (IROA) e são geridas e mantidas pelos Serviços Municipalizados, no entanto para que exista melhores condições de abastecimento de água terão que ser efetuados investimentos por parte daquela entidade. Quanto à repavimentação da Canada do Porto, a Presidente disse que está prevista a realização das obras de substituição da rede de distribuição de água e que, nessa altura, serão efetuados os trabalhos de substituição do piso, embora tenha ressalvado que não tinha a certeza se essa empreitada abrange a totalidade do arrumamento ou apenas uma parte. Quanto ao parque de campismo, referiu que se trata de uma situação extremamente desagradável e que a Câmara Municipal não tinha anteriormente poder para agir. Referiu que a pessoa que tinha a responsabilidade de explorar o parque de campismo assumiu uma postura muito irregular, não entregando as verbas das receitas à autarquia, entre outras questões. A Presidente acrescentou que a Câmara Municipal tentou fazer um acordo com essa pessoa para que deixasse a exploração do parque de campismo mas tal não foi possível. Sendo assim, a Câmara Municipal interpôs um processo em tribunal tendo já havido uma deliberação no sentido dessa pessoa deixar o parque de campismo antes do início da próxima época balnear e assumir as responsabilidades decorrentes do processo. Referiu, ainda, que no próximo verão o parque de campismo estará a funcionar com outro concessionário e de um modo diferente do que aconteceu nos últimos anos. No que se refere aos “Ecopontos”, a Presidente disse que a sua instalação, durante a época balnear, decorre das exigências da atribuição da Bandeira Azul, acrescentando que ia averiguar junto dos serviços se deve ou não manter os mesmos durante todo o ano. A Presidente disse também estar

ansiosa com a situação dos desabamentos na Canada do Pilar e que o ideal seria fazer um troço de desvio da estrada caso exista essa possibilidade, adiantando que será efetuada uma avaliação nesse sentido. Quanto à situação dos tetrápodes da marina de Angra referiu que nunca tinha ouvido falar dessa situação que foi abordada pelo senhor Vítor Freitas, mas que ia comunicar a preocupação às entidades que têm a ser cargo essa infraestrutura. O Vereador Artur Lima disse, a propósito do mesmo assunto, que o projeto do Cais de Cruzeiros de Angra prevê um molhe para vagas de 5 a 6 metros, porque de acordo com os autores do projeto só ocorrem vagas de 10 metros nos Açores de 50 em 50 anos. Adiantou que teve a possibilidade de dizer aos engenheiros que fizeram a apresentação do projeto que todos os anos há ondas com 10 metros no local onde está prevista a construção do Cais de Cruzeiros. O Vereador Artur Lima disse, ainda, que todas as marinas construídas pelo Governo Regional são dragadas todos os anos e que a marina de Angra foi mal projetada desde o início. Referiu, também, que já tinha ouvido dizer que os tetrápodes da marina de Angra estavam a abater mas que com a construção do Cais de Cruzeiros o assunto ficaria resolvido, manifestando sérias dúvidas que isso venha a acontecer. Apesar de reconhecer que é importante que os lavradores tenham boas condições de acesso às suas explorações, o Vereador Artur Lima disse que é muito mais importante que sendo as Cinco Ribeiras uma freguesia que recebe muitos turistas que a Canada do Porto e outros arruamentos não tenham buracos no pavimento e que a circulação na Canada do Pilar seja efetuada em total segurança. O Presidente da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras referiu que se os lavradores não tiverem condições para trabalhar os campos não haverá turismo na Ilha Terceira e que são eles que fazem com que a nossa paisagem seja mantida limpando os campos onde trabalham. O Vereador Artur Lima apontou como exemplo em que o turismo beneficia da atividade dos lavradores a paisagem da Serra do Cume.-----

## ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

O texto das deliberações tomadas na presente reunião foi aprovado, por unanimidade, em minuta, a fim de produzirem efeito imediato.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

.....